

MORTES NA UTI

Defesa de Amanda Rodrigues de Sousa afirma que a técnica de enfermagem declarou não ter envolvimento nos crimes cometidos no Hospital Anchieta e denunciou que o colega e ex-amante Marcos Vinícius também atentou contra a vida dela

Acusada nega participação

» DARCIANNE DIOGO
» LETÍCIA MOHAMAD

Amanda Rodrigues de Souza, 28 anos, investigada pela morte de três pacientes na UTI do Hospital Anchieta, em Taguatinga, teve a primeira conversa com o advogado que a representa, Liomar Torres. Dentro da penitenciária feminina, durante 70 minutos, a técnica de enfermagem detalhou sobre o relacionamento com Marcos Vinícius Silva Barbosa de Araújo, 24, — também preso —, descreveu sua personalidade e negou veementemente o envolvimento nos assassinatos da professora aposentada Miranilde Pereira da Silva, 75, do servidor da Caesb João Clemente, 63, e do servidor dos Correios Marcos Moreira, 33. Isso após negar os fatos inicialmente, e confessar ao ser confrontada com as imagens das câmeras de segurança do hospital.

Amanda foi conterrada pelo Anchieta em janeiro de 2025. Antes, ela trabalhou em, pelo menos, cinco hospitais privados da capital, além de participar de processos seletivos para a rede pública de saúde. Entre um plantão e outro, Amanda e Marcos se aproximaram e iniciaram uma relação extraconjugal. Segundo ela, o técnico dizia ser solteiro.

O relacionamento durou até o final de 2025 e terminou após Amanda descobrir uma série de mentiras contadas pelo técnico, disse o advogado. Marcos mentiu sobre várias coisas para além da união conjugal: disse que morava no Riacho Fundo (mas reside em Águas Lindas), contou que cursava fisioterapia e relatou ter trabalhado no Hospital de Base. A Secretaria de Saúde desmentiu o vínculo profissional de Marcos na rede pública. "Ela o descreve como um homem habilidoso e envolvente. De aparência bem-sucedida, mas que tinha um poder de manipulação", pontuou Liomar Torres.

Amanda desconfia que o técnico de enfermagem tenha tentado contra a vida dela enquanto esteve internada na UTI do Anchieta, após intercorrências de uma cirurgia bariátrica. Segundo o advogado, Amanda passou por internações sucessivas entre 20 de novembro e 3 de dezembro de 2025. Nesse intervalo, recebeu alta, realizou exames e retornou à unidade. Em 3 de dezembro, Marcos teria aplicado uma substância na veia de Amanda, episódio que, segundo ela, provocou uma alteração cardíaca. "A enfermeira-chefe interveio na época", afirmou o advogado.

Ainda de acordo com a defesa, após o ocorrido, a enfermeira-chefe do hospital teria reagido dizendo: "O Marcos precisa parar de fazer isso. Não aguento mais esse tipo de situação". Dias depois, pediu demissão.

Ao defensor, ela negou veementemente qualquer envolvimento nas mortes investigadas. Disse lembrar que integrou a equipe da UTI em 17 de novembro, data das mortes da professora aposentada Miranilde Pereira da Silva, 75, e do servidor da Caesb João Clemente Pereira, 63. Liomar informou que aguarda a decisão judicial para ter acesso aos autos do processo, para, assim, estudar a impetrção de algum recurso com base no ordenamento jurídico.

Convívio

Para quem conviveu com Marcos durante a adolescência, a prisão do técnico ainda é motivo de choque. Uma amiga próxima dos tempos de ensino médio em Taguatinga, que preferiu manter o anonimato, descreve o suspeito como um jovem "tranquilo, carinhoso e brincalhão", que já demonstrava entusiasmo pela carreira na saúde. Segundo ela, Marcos costumava levar materiais de estudo de anatomia para a escola, mostrando uma dedicação precoce à profissão que agora é palco das investigações. "Ele nunca demonstrou

Darcianne Diogo/CB/D.A Press



Liomar Torres, advogado de defesa, diz que Amanda voltou atrás na confissão, mantendo apenas que tinha um relacionamento com Marcos

Material Cedido ao Correio



Amanda diz que terminou romance após descobrir mentiras do amante

Redes sociais



Técnico investigado pelos crimes não tinha comportamento suspeito

Possibilidade de outras vítimas será investigada

Arquivo Pessoal



em janeiro de 2025, no Hospital Anchieta. Internada inicialmente para tratar uma pneumonia, Rosangela demonstrou um temor

medicamentos não informadas e problemas no manejo de sondas.

Com o registro da ocorrência, o objetivo da família é cruzar os dados do prontuário médico e as imagens das câmeras de segurança para verificar se algum dos suspeitos detidos teve acesso direto a Rosangela. O hospital tem até 30 dias para fornecer o material.

A PCDF informou não haver, até o momento, um número consolidado de ocorrências registradas após a prisão de Marcos. O delegado-chefe da CHPP, Wislel Salomão, explica o desdobramento. "Vamos instaurar um novo inquérito policial para apurar se outras mortes podem ter sido provocadas por eles. Mas não há nada comprovado. Estamos apurando todos os fatos relatados por familiares que nos procuraram. É algo preliminar, que exige aprofundamento na investigação", frisou.



Elá o descreve como habilidoso, envolvente e com poder de manipulação"

Liomar Torres,
advogado de Amanda

pelo 'emprego de veneno' ou 'meio insidioso', e também por 'recuso que dificultou ou tornou impossível a defesa', já que as vítimas estavam sedadas", explica.

O advogado ressalta que o número de qualificadoras impacta diretamente na punição: "Outras qualificadoras podem ser acrescentadas a depender da conclusão da investigação, como motivo fútil ou torpe. Quanto mais qualificado, maior a pena", afirma.

Com a investigação apontando ao menos três mortes, a Justiça deve aplicar o chamado concurso material, sistema no qual as penas de cada um dos crimes são somadas. Sampaio detalha que, em caso de condenação pelas três vítimas sob a forma qualificada, o intervalo da sentença total ficaria entre 36 e 90 anos, embora o sistema brasileiro imponha um limite prático.

"A soma pode ultrapassar 40 anos, mas o cumprimento efetivo, em regra, não pode exceder esse teto. No entanto, por se tratar de crime hediondo, o cenário é de extremo rigor, com início obrigatório em regime fechado", pontua o advogado.

A progressão para regimes mais brandos também deve ser dificultada pela natureza do crime, exigindo o cumprimento de ao menos 40% da pena em regime fechado para réus primários. Quanto às outras profissionais envolvidas, Sampaio ressalta que a responsabilidade pode ser equivalente à do executor principal, a menos que se comprove um papel periférico.

"Se a participação delas for realmente secundária, o juiz pode aplicar a regra da participação de menor importância e a pena vai cair bastante. Sinceramente, acho difícil conseguirem sustentar essa hipótese", avalia o especialista, ponderando que, se ficar provado que elas aderiram ao plano, podem responder como coautoras com as mesmas penas de 12 a 30 anos por vítima.

Redes sociais



Marcos Moreira, João Clemente e Miranildes da Silva são as vítimas confirmadas até agora